

BOLETIM DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

DE CONJUNTURA

Número 21 - Março de 2020



A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS E A URGENTE NECESSIDADE DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS

O ano de 2020 já está na história como um momento de uma grave crise de saúde, com impactos sem precedentes na economia e na sociedade. A origem da crise atual não está no colapso das bolsas de valores, ou em guerras, nem no aumento do preço do petróleo ou das dívidas dos países subdesenvolvidos. Um vírus que se espalha rapidamente pelo mundo, desde pelo menos janeiro deste ano, é o detonador de um tempo histórico incerto, pandêmico e que já alterou a rotina de bilhões de pessoas em todos os continentes do planeta. A evolução rápida da pandemia do Covid-19 tem exigido atitudes drásticas em todos os países, como a restrição à circulação de pessoas, diminuição ou paralisação da produção industrial de diversos ramos, limitação do comércio de rua – medidas que têm como objetivo o necessário isolamento social para a redução do contágio, e que atingem diretamente a atividade econômica.

A generalizada redução da atividade econômica em escala global desnuda as agudas desigualdades sociais e econômicas entre os países e dentro de cada país. Embora o avanço da pandemia afete direta ou indiretamente todas as pessoas, as condições de vida determinam as chances de sobrevivência de cada ser humano. O desenrolar da pandemia tem colocado os sistemas nacionais de saúde em situação limite, mostrando os efeitos maléficos de anos de privatizações, sucateamento e austeridade fiscal. Se tem algo que esta crise suscita é a importância das políticas públicas de seguridade social, tão atacadas nos últimos 30 anos, em todo o mundo.

No Brasil, os impactos do Covid-19 têm sido terríveis sobre uma economia que ainda não se recuperou do biênio recessivo de 2015/2016, combinado com os três anos seguintes de baixo crescimento, e que carrega uma herança de alta informalidade do trabalho, desigualdade de renda, dependência dos fluxos de capitais estrangeiros e de tecnologia internacional e de condições precárias de vida para a maioria da população.

A economia brasileira, em 2019, registrou crescimento de apenas 1,1% do PIB. Esse resultado é inferior a 2018, ano em que a economia foi duramente afetada pela paralisação dos caminhoneiros. O investimento público e privado, evidenciado na Formação Bruta de Capital Fixo, embora tenha crescido 2,2% em 2019, encolheu 3,3% no último trimestre do ano passado, mostrando a falta de fôlego e confirmando as perspectivas pessimistas que já havia sobre a possibilidade de retomada mais vigorosa da economia brasileira. A produção industrial cresceu 0,5% em 2019 e apenas 0,2% no último trimestre do ano, muito longe de mostrar melhor

desempenho que no período pré-recessão, tanto no uso da capacidade instalada como no volume de estoques.

Mesmo as previsões de resultados negativos na economia podem ser consideradas otimistas devido à conjuntura atual

Com este novo cenário de pandemia, as projeções de várias instituições financeiras e do próprio governo apontam para um resultado negativo, ou próximo de zero, do PIB em 2020. Estas previsões, entretanto, ainda podem ser consideradas “otimistas”, dada a completa incerteza sobre a intensidade e a duração dos efeitos do coronavírus na economia brasileira. Mais grave ainda, é a inépcia do governo federal em coordenar qualquer estratégia de mitigação dos efeitos da pandemia sobre as condições de vida da população – da descoordenação em relação às estratégias de contenção do contágio à incapacidade dos gestores da economia de efetivar políticas de transferência de renda e manutenção da vida na escala que essa situação requer.

No mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua identificou 12,6 milhões de desocupados em 2019, número cerca de 85% maior que o observado em 2014, quando eram 6,8 milhões de pessoas sem trabalho. A informalidade¹ atingiu 41% da população ocupada, equivalente a mais de 38 milhões de pessoas. Além disso, destaca-se que a pesquisa identificou cerca de 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 4,8 milhões de desalentados.

É nesse cenário de anemia econômica e mercado de trabalho ainda mais precarizado, devido às reformas trabalhistas recentes, que se sobrepõem as demandas urgentes para o enfrentamento da pandemia.

Como já analisado pelo DIEESE², as medidas do governo federal se mostram tímidas diante de tamanho desafio. Um aspecto primordial percebido é que o governo tem apenas remanejado recursos do Orçamento da União e antecipado o pagamento de despesas. Ou seja, não há “dinheiro novo” no combate a esta crise. Ademais, há uma completa inversão de prioridades, com a manutenção do “teto dos gastos” – criado pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, em um contexto que já é considerado, em outros países do mundo, de aplicação de uma “economia de guerra”, com demanda por aumento de gastos fiscais.

Na encruzilhada em que está o país, a possibilidade de mudar o rumo da economia é uma oportunidade única. Para além de ações emergenciais, como a instituição de renda mínima às pessoas, defesa do emprego³ e dos direitos sociais, além de outras sugeridas pelas Centrais

¹ Soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar

² Ver Nota Técnica 223 em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec223APacoteCoronaVirus.pdf>

³ No Reino Unido, o governo se dispôs a pagar até 80% dos salários dos trabalhadores que não forem demitidos pelas empresas: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/mar/20/government-pay-wages-jobs-coronavirus-rishi-sunak>

Sindicais⁴, o momento é oportuno também para que a sociedade encare os problemas estruturais do Brasil e reflita sobre as necessárias ações de longo prazo que nos façam enfim superar o subdesenvolvimento.

Diante da redução da atividade econômica internacional e, por consequência, dos fluxos de bens, serviços e capital, a ampliação do papel do mercado interno se faz não apenas desejável, mas necessário neste momento. Contudo, o governo federal tem ido na contramão, ao estimular o aumento da precariedade das relações de trabalho e ainda permanecer somente no campo das intenções quando se refere a um programa mais amplo de disponibilização de recursos às populações socialmente vulneráveis. Os riscos que a pandemia coloca para a economia dependente do Brasil são graves: a acentuada desvalorização cambial do Real em 2020 pode gerar pressões inflacionárias, mesmo em um cenário de recessão; a intensa saída de capitais que vem ocorrendo desde o ano passado; os impactos nos preços e na demanda das commodities (soja, minério de ferro), os principais produtos que compõem a pauta exportadora do país. Sem investimentos privados (dado o cenário de incertezas e pessimismo) e com a provável queda de renda derivada do trabalho, se não houver investimentos públicos maciços e instrumentos de preservação de renda, não haverá meios de se contrapor a esta tendência recessiva.

Com a redução da atividade econômica internacional, a recuperação do mercado interno é mais do que necessária

A necessidade de expansão da rede pública de saúde fica evidente diante das dificuldades de se lidar com a pandemia. Devido às diferenças e distorções entre a saúde pública e a saúde privada, a Espanha⁵ se tornou importante referência ao disponibilizar o sistema privado aos interesses públicos, permitindo melhor coordenação dos esforços de tratamento aos doentes.

Para o Brasil, abre-se a oportunidade, mais uma vez, de estímulo e desenvolvimento da indústria nacional de farmoquímicos, medicamentos e de equipamentos de saúde, inclusive tendo em perspectiva a redução da oferta desses produtos no mercado internacional⁶. Vale destacar que a produção industrial do ramo de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos, em 2019, foi cerca de 15% inferior a 2012, segundo dados de produção física da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE. Investimentos nesse setor diminuem a dependência externa e possibilitam, inclusive, exportar produtos a outros países. Para isso, em uma ótica mais abrangente, é preciso ampliação do investimento em ciência e tecnologia.

Outra possibilidade e necessidade de investimento é na expansão de equipamentos públicos de atendimento às populações mais vulneráveis, como a população de rua, principalmente nos grandes centros urbanos.

⁴ Ver “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras” em: <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2020/notaCentraisCoronaVirus.pdf>

⁵ <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/presidencia/Paginas/2020/150320-ministrosdelegados.aspx>

⁶ Segundo noticiado pela Agência Brasil, a Índia impôs restrições a exportações de medicamentos. Veja em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>

Do ponto de vista ambiental, investimentos na produção de energias renováveis, e menos poluidoras, contribuem para amenizar as mudanças climáticas, assim como investimentos na expansão de ciclovias, como está fazendo a cidade de Bogotá⁷, na Colômbia, e de saneamento básico para melhorar as condições de vida da população urbana.

Em suma, esse momento de crise aguda abre a oportunidade de mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, através de investimentos públicos que melhoram as condições de vida da população em geral e criam “empuxo” em diversos segmentos da cadeia produtiva.

Manter a trajetória recente de política econômica e de desmonte do Estado trará apenas recuperação difícil e lenta da economia brasileira, perpetuando a estrutura de desigualdades e impondo sofrimento a uma parcela cada vez maior da população, além de aumentar a dependência e a vulnerabilidade econômica e financeira do país no contexto internacional.

Para onde vai a economia brasileira?

Diante da grande incerteza que a pandemia do coronavírus provoca no mundo e especificamente no Brasil, principalmente para a classe trabalhadora, torna-se importante mensurar as possíveis implicações desse cenário na economia e no mercado de trabalho.

Certamente esta projeção deverá ser revista e atualizada permanentemente, uma vez que a dinâmica dos acontecimentos e seus efeitos mudam diariamente. Mas, o exercício de projetar a intensidade da provável recessão brasileira é uma forma de mensurar a necessidade e energia das medidas contracíclicas que deverão ser adotadas.

Nas projeções do DIEESE são considerados três cenários possíveis: um mais pessimista, um intermediário e um otimista. As diferenças nos pressupostos dos cenários residem na intensidade da crise e no tempo de recuperação da economia. Além disso, os três cenários também são reflexo das medidas que (ainda) não foram tomadas formalmente pelo governo federal. Tais medidas, inclusive, podem se modificar, conforme a pandemia se desenvolve e acordos políticos são costurados, em meio à anomia e à desconexão entre o presidente da República e os governadores, prefeitos e o Congresso Nacional.

TABELA 1 - Estimativas de variação do PIB e aumento no volume de desocupados(as) no Brasil em 2020 com o impacto da pandemia do coronavírus

	PIB (%)	Aumento no número de desocupados (milhões)
Cenário pessimista	-8,5	4,4
Cenário intermediário	-4,4	2,3
Cenário otimista	-2,1	1,1

Fonte: estimativas DIEESE

No pior cenário, haverá queda de 8,5% do PIB, com aumento do volume de desocupados em 4,4 milhões, o que elevaria o total para cerca de 17 milhões de trabalhadores desocupados

⁷ <https://ciclocosmo.blogfolha.uol.com.br/2020/03/20/bogota-amplia-ciclovias-contra-a-pandemia-mexico-estuda-fazer-o-mesmo/>

no Brasil ao final de 2020; o cenário intermediário, por sua vez, aponta a possibilidade de queda do PIB de 4,4% e um aumento em 2,3 milhões no estoque de desocupados. O cenário otimista aponta que a queda do PIB seria de 2,1%, com aumento de 1,1 milhão no número de desocupados.

É importante destacar que, na projeção dos cenários, não se levou em conta a adoção de medidas econômicas eficientes no enfrentamento do cenário de recessão. Assim, os resultados obtidos, em cada um dos cenários, levaram em consideração os impactos da paralisação e o tempo estimado de recuperação da economia. Outro aspecto é que o volume de desocupados é um número volátil, pois uma pessoa pode sair da condição de ocupado e ingressar na desocupação rapidamente, da mesma forma que posteriormente ele pode se transformar em um subocupado, muitas vezes em um trabalho informal. Mas não há dúvida de que o impacto no mercado de trabalho, nos cenários aqui desenhados, será dramático, com repercussões sociais imprevisíveis.

A crise pandêmica e social que atravessamos é de tal magnitude e gravidade que abre a possibilidade histórica de enfrentar os efeitos seculares e perversos do subdesenvolvimento e da dependência.



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe Responsável

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Leandro Horie

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Lino Costa (revisão técnica)